

PROCEDIMENTO N.º 13/2023

CONCURSO PÚBLICO
PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DESTINADOS AO
DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO
REPOSITÓRIO DE INFORMAÇÃO DE SAÚDE DOS AÇORES
E RESPETIVOS PORTAIS, INCLUINDO MECANISMOS DE
INTEROPERABILIDADE COM OS SISTEMAS LOCAIS (MUSA
– MODELO ÚNICO DE SAÚDE NOS AÇORES), NO ÂMBITO
DO PLANO DE RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA, DIMENSÃO
RESILIÊNCIA, COMPONENTE 1, INVESTIMENTO
RE-C01-i08-RAA – HOSPITAL DIGITAL DA
REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES

Programa do Procedimento

Classificação CPV

48000000-8 Pacotes de software e sistemas de informação

Programa do Procedimento

Concurso público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores.

Plataforma de contratação pública acinGov

Os interessados que pretendam concorrer ao presente procedimento devem fazê-lo através da plataforma de contratação pública *acinGov*, disponível em www.acingov.pt.

Para o efeito devem garantir a completa adesão à referida plataforma, através do registo e preenchimento do respetivo formulário em www.acingov.pt no separador '**Aderir**'.

Nesse momento, é enviado, para o endereço de correio eletrónico indicado aquando do registo, um e-mail com o assunto "**acinGov - Criação de utilizador**", através do qual deve definir a sua senha de acesso.

Ao aceder à plataforma, consulte a "**informação de adesão**", e aí pode fazer o *download* do formulário de adesão e do contrato, para assinar e remeter à **acinGov**.

Para mais informações relativamente à instalação do certificado no seu computador deve contactar a plataforma eletrónica.

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

CAPÍTULO I.....	5
DISPOSIÇÕES GERAIS	5
1. Objeto e tipo do procedimento	5
2. Entidade Adjudicante	5
3. Órgão que autorizou a despesa e tomou a decisão de contratar	6
4. Admissão de concorrentes.....	6
5. Agrupamentos.....	6
6. Documentos do Procedimento	7
7. Júri do Procedimento	8
8. Esclarecimentos e erros e omissões.....	8
CAPÍTULO II.....	10
PROPOSTAS.....	10
9. Documentos que integram a proposta	10
10. Apresentação de propostas variantes.....	15
11. Preço anormalmente baixo	15
12. Modo de apresentação da proposta.....	16
13. Prazo para apresentação das propostas	16
14. Prazo de manutenção das propostas.....	16
15. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas	17
CAPÍTULO III	17
ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO	17
16. Critério de adjudicação	17
17. Análise e exclusão das Propostas	18
18. Audiência Prévia	18
19. Causas de não adjudicação.....	18
20. Causas de caducidade da adjudicação	19
CAPÍTULO IV	20
CONTRATAÇÃO	20
21. Documentos de habilitação.....	20
22. Caução	22
23. Minuta e celebração do contrato.....	22

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

CAPÍTULO V	23
DISPOSIÇÕES FINAIS	23
24. Encargos do concorrente	23
25. Comunicações.....	24
26. Contagem dos prazos.....	24
27. Regime legal aplicável	24
ANEXO I.....	25
MODELO DE DECLARAÇÃO	25
ANEXO II.....	29
MODELO DE AVALIAÇÃO	29
ANEXO III	33
MODELO DE DECLARAÇÃO	33
ANEXO IV	36
MODELO DE CAUÇÃO.....	36

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

DISPOSIÇÕES GERAIS

1. Objeto e tipo do procedimento

1.1 O presente procedimento tem por objeto a aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, Componente 1, Investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores, com as especificações técnicas e nos termos e condições definidos no caderno de encargos.

1.2 O procedimento de contratação pública adotado segue a forma de concurso público com publicidade internacional, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro.

1.3 Para efeitos do disposto no artigo 38.º do CCP, foi escolhido este procedimento tendo em conta o valor do contrato a celebrar, nos termos do disposto pelo artigo 18.º do CCP.

1.4 O procedimento constitui um único lote, pois o seu objeto é o desenvolvimento e implementação de um repositório regional de informação com diversos componentes conexos, de elevada complexidade, em que as funcionalidades estão intimamente relacionadas, e nalguns casos incindíveis. Acresce o curto prazo de execução e a forte necessidade de coordenação global do projeto.

2. Entidade Adjudicante

2.1 A entidade adjudicante é a Região Autónoma dos Açores (RAA).

2.2 O representante do órgão competente para a decisão de contratar, perante todos os interessados, é a Direção Regional da Saúde, com sede no Solar dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo, telefone n.º (351) 295 204 200, fax n.º (351) 295 204 255 e e-mail sres-drs@azores.gov.pt, nos termos do Despacho n.º 1787/2023, de 12 de outubro.

2.3 A entidade a quem cabe conduzir o procedimento e proceder à adjudicação na plataforma eletrónica, a pedido e em representação da entidade adjudicante, é a Divisão de Aprovisionamento da Direção Regional da Saúde, sita no Solar dos Remédios, Largo dos Remédios, 9701-855 Angra do Heroísmo, com o telefone n.º (351) 295 204 200, fax n.º (351)

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

295 204 252 e e-mail sres-drs@azores.gov.pt, nos termos do Decreto Regulamentar Regional n.º 4/2010/A, de 15 de fevereiro, e do Decreto Regulamentar Regional n.º 15/2021/A, de 6 de julho.

3. Órgão que autorizou a despesa e tomou a decisão de contratar

A decisão de contratar, de autorização de despesa e de abertura e escolha do procedimento foi tomada através de Resolução do Conselho do Governo n.º 158/2023 de 6 de outubro de 2023.

4. Admissão de concorrentes

Podem ser concorrentes ou integrar qualquer agrupamento participante no presente procedimento todas as entidades que detenham capacidade para a execução do contrato a adjudicar, que não se encontrem em nenhuma das situações referidas no artigo 55.º do CCP e no artigo 33.º do Regime Jurídico dos Contratos Públicos na Região Autónoma dos Açores (RJCPRAA), aprovado pelo Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e que cumpram todos os requisitos estabelecidos na lei, no programa do procedimento e no caderno de encargos.

5. Agrupamentos

5.1 Ao concurso podem apresentar-se como concorrentes agrupamentos de pessoas singulares ou coletivas sem que entre elas exista qualquer modalidade jurídica de associação.

5.2 No caso previsto no número anterior, os documentos previstos no n.º 1 do artigo 81.º do CCP, devem ser apresentados por todos os seus membros;

5.3 A constituição jurídica dos agrupamentos não é exigida na apresentação da proposta, mas as empresas agrupadas são responsáveis solidariamente, perante a entidade adjudicante, pela manutenção da proposta e pelo pontual cumprimento de todas as obrigações dela emergentes, à adjudicação da mesma e à celebração e execução do contrato, se for o caso.

5.4 No caso de a adjudicação ser feita a um agrupamento de empresas, estas associam-se, obrigatoriamente, antes da celebração do contrato, por qualquer forma de associação regulada pelo quadro legal vigente, designadamente, na modalidade jurídica de consórcio externo ou agrupamento complementar de empresas.

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Programa do Procedimento

5.5 No caso de constituição de consórcio externo, as entidades que compõem o agrupamento concorrente devem indicar o chefe do consórcio e conferir-lhe, no mesmo ato, e por procuração, os poderes a que se referem as alíneas do n.º 1 do artigo 14.º do Decreto-Lei n.º 231/81, de 28 de julho, e ainda os poderes especiais para receber da entidade adjudicante, e dela dar quitação de quaisquer quantias que devam ser pagas às consorciadas, em execução do contrato que eventualmente venha a ser celebrado.

5.6 Os membros de um agrupamento candidato não podem ser, neste procedimento, candidatos de forma isolada, nem integrar outro agrupamento candidato.

5.7 As entidades que compõem o agrupamento devem designar um representante comum para praticar quaisquer atos respeitantes ao presente procedimento, incluindo a assinatura da proposta, devendo, para o efeito, entregar instrumentos de mandato emitidos para cada uma das entidades que o compõem.

5.8 Salvo disposição imperativa da lei em sentido contrário, qualquer alteração ao agrupamento candidato, nomeadamente cessão de posição, depende de prévia autorização escrita da entidade adjudicante.

6. Documentos do Procedimento

6.1 O presente procedimento rege-se pelo disposto no presente programa do procedimento, no caderno de encargos e respetivos anexos, bem como por quaisquer outros documentos que façam ou venham a fazer parte integrante do mesmo, designadamente os esclarecimentos e retificações que venham a ser prestados.

6.2 As peças do procedimento previstas no número anterior são integralmente disponibilizadas na plataforma de contratação pública *acinGov*, disponível em www.acingov.pt, a partir da data de publicação do anúncio.

6.3 Sem prejuízo do disposto no número anterior, as peças do procedimento encontram-se disponíveis, pelo mesmo período em que se encontram disponíveis na plataforma de contratação pública, na Divisão de Aprovisionamento da Direção Regional da Saúde, sita na morada referida no ponto 2, onde podem ser consultadas nos dias úteis, das 10:00 horas às 12:00 horas e das 14:30 horas às 16:30 horas.

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

7. Júri do Procedimento

7.1 O presente procedimento é conduzido por um júri, composto por 3 (três) membros efetivos e 2 (dois) suplentes, designados por deliberação do órgão competente para a decisão de contratar.

7.2 Compete ao júri, nomeadamente:

- a) Prestar os esclarecimentos solicitados pelos interessados;
- b) Proceder à apreciação das propostas;
- c) Solicitar esclarecimentos sobre as propostas apresentadas;
- d) Elaborar relatórios de análise das propostas;
- e) Proceder à audiência prévia dos concorrentes.

7.3 Compete ainda ao júri as decisões acerca de pedidos de prorrogação de prazo para apresentação das propostas, excluindo os que se encontram previstos na parte final do n.º 2 do artigo 69.º do CCP.

7.4 No exercício das suas funções o júri pode ser auxiliado por peritos ou consultores técnicos designados para o efeito, que podem participar nas reuniões sem direito de voto.

8. Esclarecimentos e erros e omissões

8.1 Até ao termo do primeiro terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados podem solicitar, por escrito, ao júri do procedimento, os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como apresentar, por escrito, ao órgão competente para a decisão de contratar, uma lista na qual identifiquem, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento por si detetados.

8.2 Consideram-se erros e omissões das peças do procedimento os que digam respeito a:

- a) Aspectos ou dados que se revelem desconformes com a realidade;
- b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do contrato a celebrar;
- c) Condições técnicas de execução do objeto do contrato a celebrar que não considere exequíveis.

8.3 Excetua-se do disposto no ponto anterior os erros e omissões que os concorrentes, numa atuação com a diligência objetivamente exigível em face das circunstâncias concretas, apenas possam detetar na fase de execução do contrato.

Procedimento n.º 13/2023

Programa do Procedimento

8.4 O incumprimento do dever de identificar os erros e omissões a que se referem os pontos anteriores tem a consequência prevista no n.º 3 do artigo 378.º do CCP.

8.5 Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas:

- a) O júri deve prestar os esclarecimentos solicitados;
- b) O órgão competente para a decisão de contratar pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelos interessados, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.

8.6 O órgão competente para a decisão de contratar deve identificar os termos do suprimento de cada um dos erros ou das omissões aceites nos termos do disposto nos pontos anteriores.

8.7 Independentemente do disposto nos pontos anteriores, o órgão competente para a decisão de contratar ou o júri pode, respetiva e oficiosamente, proceder à retificação de erros ou omissões das peças do procedimento e prestar esclarecimentos, no mesmo prazo referido neste artigo, ou até ao final do prazo de entrega de propostas, devendo, neste caso, atender-se ao disposto no artigo 64.º do CCP.

8.8 Os esclarecimentos, as retificações e as listas com a identificação dos erros e omissões detetados pelos interessados são disponibilizados na plataforma eletrónica de contratação pública referida no ponto 6.2 e juntos às peças do procedimento.

8.9 Todos os interessados são notificados do facto referido no ponto anterior.

8.10 Os esclarecimentos e as retificações fazem parte integrante das peças do procedimento e prevalecem sobre estas em caso de divergência.

8.11 A falta de resposta a qualquer pedido de esclarecimento até à data prevista, justifica a prorrogação do prazo para apresentação das propostas, no mínimo por período equivalente ao do atraso verificado.

8.12 Quando as retificações, independentemente do momento da sua comunicação, implicarem alterações de aspetos fundamentais das peças do procedimento, o prazo fixado para a apresentação das propostas deve ser prorrogado, no mínimo, por período equivalente ao tempo decorrido desde o início daquele prazo até à comunicação das retificações.

8.13 A prorrogação do prazo de apresentação de propostas aproveita todos os interessados.

8.14 A eventual prorrogação do prazo de apresentação das propostas não tem influência nos prazos relativos aos pedidos de esclarecimentos, exceto no que concerne a

Procedimento n.º 13/2023

elementos do programa de procedimento cuja alteração tenha originado a respetiva prorrogação.

CAPÍTULO II

PROPOSTAS

9. Documentos que integram a proposta

9.1 A proposta deve incluir os elementos documentais enunciados em seguida, de apresentação obrigatória:

a) **Declaração do concorrente de aceitação do conteúdo do Caderno de Encargos**, a que se refere o art.º 36.º do RJCPRAA, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo I** ao presente programa, do qual faz parte integrante, ou, em sua substituição, o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP), a que se refere o n.º 6 do art.º 57.º do CCP, devidamente assinado(a) pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

b) **Memória descritiva** com descrição do cumprimento dos requisitos mínimos obrigatórios previstos no **Anexo I – Especificações técnicas do caderno de encargos**, e de todas as demais características que constem da proposta;

c) **Documentos comprovativos do preenchimento dos elementos propostos como atributos**, para preenchimento do critério de adjudicação, designadamente:

(i) Proposta de preço total, usado no fator (P – Preço) dos critérios de adjudicação, o qual inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante no caderno de encargos, incluindo todos os pagamentos em que se incorre, com respeito pelo preço base constante do caderno de encargos, expresso em euros e não incluindo o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA);

(ii) Ficheiro EXCEL devidamente preenchido que detalhe a resposta aos requisitos do Anexo I ao Caderno de Encargos, usado no fator (MVT - Mais valia Técnica) dos critérios de adjudicação, nos termos do qual seja possível comprovar as características do serviço a prestar;

(iii) Lista de Composição da Equipa de Projeto e Comprovativos / Certificados / Declarações, usados no fator (QET – Qualificação da Equipa Técnica) dos critérios de

Programa do Procedimento

adjudicação, nos termos dos quais seja possível comprovar as características da equipa técnica afeta ao projeto, designadamente quanto aos requisitos preferenciais;

d) Evidências e certificações da Qualificação da Equipa Técnica, previstas na Cláusula Trigésima do caderno de encargos;

e) **Plano de Implementação e Gestão de Projeto** que inclua:

(i) Abordagem à metodologia de gestão de projeto

(ii) Plano de atividades

(iii) Cronograma detalhado onde devem ser respeitadas obrigatoriamente as seguintes fases intermédias:

i. Fase 1 – Análise e Planeamento: até 3 (três) meses após a celebração do contrato)

ii. Fase 2 – Go-Live Portal do Utente (versão inicial): até 6 (seis) meses após a celebração do contrato.

iii. Fase 3 – Go-Live do Core FHIR/XDS e ESB (versão inicial): até 12 (doze) meses após a celebração do contrato.

iv. Fase 4 – Go-Live do Portal Clínico (versão inicial): até 18 (dezoito) meses após a celebração do contrato.

v. Fase 5 – Fecho do projeto: até 24 (vinte e quatro) meses após a celebração do contrato.

f) **Plano de Formação e Gestão da Mudança**, que inclua atividades presenciais e remotas, dependendo dos destinatários e nível de complexidade, relativamente à formação inicial e a novas versões e/ou alterações significativas das funcionalidades da solução, com especial atenção para o grupo de utilizadores administradores / gestores do sistema, indicados pelo adjudicante. A estratégia de formação deve incidir também nos planos de contingência locais, a por em prática quando funções do serviço não estiverem disponíveis e consciencialização da gestão da mudança. Opcionalmente podem ser incluídos de exemplos da seguinte documentação: documentação de formador, documentação de formando, planos de aula, programas de curso estruturados, formulários de avaliação que fazem parte do programa de formação.

g) **Estratégia de Migração de Dados**, que descreva com detalhe os cenários de migração do atual repositório XDS e eventuais dados base para os recursos FHIR. Esta estratégia será

Procedimento n.º 13/2023

Programa do Procedimento

concretizada na fase de projeto com a escolha do cenário mais adequado ponderando taxa de esforço, prazo de concretização, disrupção do serviço, entre outros.

h) **Infraestrutura de suporte à solução**, documento que detalhe a arquitetura e infraestruturas físicas e lógicas de suporte à solução, indicando os componentes de hardware e software necessários à sua implementação. Devem ser incluídos diagramas que permitam uma rápida perceção da mesma. Toda a infraestrutura de suporte à solução, nomeadamente: servidores virtuais, sistemas operativos, motores de base de dados, arquivo, rede, antivírus, são da responsabilidade do adjudicante. O concorrente tem de incluir uma descrição tão detalhada quanto considere necessária relativamente às suas necessidades para implementação da solução de acordo com os requisitos do Anexo I ao Caderno de Encargos. Caso posteriormente à adjudicação se verifique que, devido a uma descrição incompleta das necessidades da solução, é necessária a compra de mais equipamentos, serviços ou licenciamentos, estes custos serão integralmente responsabilidade do fornecedor.

i) **Estratégia de Marketing e Comunicação** de suporte ao processo de adoção das áreas de portal de utente e plataforma de teleconsulta. Como objetivos a atingir, pretende-se que até um período máximo de 12 (doze) meses após o *kick-off* do projeto, que tenham sido realizadas pelo menos 20.000 (vinte mil) acessos do portal do utente. Esta estratégia tem de considerar a elaboração de um Plano a concretizar em fase de projeto, que tem de incluir:

(i) Identificação do Contexto e Público-Alvo

i. Análise do contexto em que o portal do utente e módulo de teleconsulta serão implementados.

ii. Identificação dos principais públicos-alvo, incluindo informações demográficas, grupos etários, localizações geográficas e outros fatores relevantes.

(ii) Estratégia de promoção da adoção do portal do utente e módulo de teleconsulta.

i. Inclusão de estratégias para sensibilizar o público-alvo.

ii. Identificação e apresentação das mensagens-chave a serem comunicadas ao público-alvo.

iii. Proposta de valor clara para o público-alvo.

(iii) Desenvolvimento Criativo da Campanha de Comunicação:

i. Definição da proposta de valor geral e objetivos.

ii. Criação de um racional criativo da campanha.

Procedimento n.º 13/2023

Programa do Procedimento

iii. Desenvolvimento de mensagens chave a considerar para os públicos-alvo e alinhadas com a proposta de valor e objetivos definidos.

iv. Definição do "*look & feel*" e *key visuals* da campanha

v. Apresentação de exemplos de declinação das propostas criativas enquadradas nas propostas apresentadas em plano

vi. Apresentação de sugestões de ações e atividades concretas para a implementação da campanha, quer orgânicas quer com investimento associado.

(iv) Partilha de Experiências Prévias

i. Apresentação de experiências passadas e campanhas já realizadas em território nacional na área da saúde, com o objetivo de sensibilizar a população para a adoção de serviços de saúde, como rastreios e promoção de projetos.

j) **Estratégia de Continuidade de Negócio** que permita manter as funções de negócio e a sua recuperação no caso de uma interrupção grave, qualquer que seja a sua causa. Esta estratégia tem de incluir a elaboração de um Plano de Continuidade de Negócio, a entregar no final do projeto que inclua um Plano de Recuperação de Desastre e uma Avaliação de Impacto no Negócio. A elaboração deverá seguir a seguinte metodologia:

(i) Definir o âmbito do plano.

(ii) Identificar as principais áreas de negócios.

(iii) Identificar as funções críticas.

(iv) Identificar dependências entre diversas áreas de negócios e funções.

(v) Determinar o tempo de inatividade aceitável para cada função crítica.

(vi) Criar um plano para manter as operações.

k) **Programa de Melhoria Contínua** que permita estabelecer um quadro de relações entre o adjudicatário e o adjudicante no sentido de assegurar que:

(i) Os utilizadores contribuem para futuras atualizações do *design* / funcionalidade do sistema, através de fórum de discussão online, *beta testers*, *focus group*, entre outros;

(ii) As versões subsequentes do produto serão lançadas detalhando a sua, periodicidade, e as implicações financeiras ou de recursos para o adjudicante;

(iii) Disponibilidade para constituir a RAA como projeto de referência em plataformas regionais de saúde.

l) **Documento** que contenha os esclarecimentos **justificativos** da apresentação de um **preço anormalmente baixo**, se aplicável;

Procedimento n.º 13/2023

Programa do Procedimento

- m) **Documentos** que identifiquem inequivocamente os termos do suprimento de cada um dos **erros ou das omissões** aceites pelo adjudicante, se aplicável;
- n) **Documento** com identificação das **entidades subcontratadas ou a subcontratar** para o fornecimento, se aplicável;
- o) No caso de agrupamentos concorrentes, os respetivos **instrumentos de mandato e declaração com a indicação do representante** do agrupamento;
- p) **Certidão comercial atualizada, ou respetivo código de acesso** ou, no caso de agrupamento de concorrentes, as respetivas certidões ou códigos de acesso às mesmas;
- q) **Documento** eletrónico oficial indicando o **poder de representação** e assinatura do assinante, caso o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura;
- r) **Quaisquer outros documentos que o concorrente** apresente por os considerar indispensáveis para os efeitos dos atributos da sua proposta que importem à execução do contrato.

9.2 Os documentos que constituem a proposta são obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa exceto os documentos técnicos que podem ser apresentados em língua estrangeira (inglês), sem prejuízo da entidade adjudicante, ou o júri, solicitarem traduções devidamente certificadas em caso de dúvidas

9.3 A proposta deve mencionar expressamente que ao preço total acresce o IVA, com indicação do respetivo valor e a taxa legal aplicável, ou referência à norma legal que isente a sua aplicação.

9.4 Os documentos da proposta devem ser assinados pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.

9.5 Quando a proposta seja apresentada por um agrupamento concorrente, os documentos referidos no ponto anterior devem ser assinados pelo representante comum dos membros que o integram ou, não existindo representante comum, devem ser assinados por todos os seus membros ou respetivos representantes.

9.6 A apresentação de proposta em desconformidade com o estipulado nos pontos anteriores dá lugar à exclusão da mesma, nos termos da alínea d) do n.º 2 do artigo 146.º do CCP.

Procedimento n.º 13/2023

10. Apresentação de propostas variantes

Não são admitidas propostas variantes.

11. Preço anormalmente baixo

11.1 Para efeitos do presente procedimento considera-se que o preço resultante de uma proposta é anormalmente baixo quando seja mais de 40% (quarenta por cento) inferior ao preço médio das propostas a admitir a concurso.

11.2 A necessidade de fixação de um preço anormalmente baixo tem em conta a especificidade dos serviços a concurso, aos quais se exige um elevado grau de confiança e credibilidade, que apenas se coaduna com a média resultante de preços de mercado de serviços de tipologia semelhante.

11.3 O órgão competente para a decisão de contratar, ou o júri, deve fundamentar a decisão de exclusão de uma proposta com essa justificação, solicitando previamente ao respetivo concorrente que preste esclarecimentos, por escrito e em prazo adequado, relativos aos elementos constitutivos relevantes da proposta.

11.4 Na análise dos esclarecimentos prestados pelo concorrente nos termos do número anterior, pode tomar-se em consideração justificações inerentes, designadamente:

- a) À economia da prestação do serviço;
- b) Às soluções técnicas adotadas ou às condições excecionalmente favoráveis de que o concorrente comprovadamente disponha para a execução da prestação objeto do contrato a celebrar;
- c) À originalidade dos serviços propostos;
- d) Às específicas condições de trabalho de que beneficia o concorrente;
- e) À possibilidade de obtenção de um auxílio de Estado pelo concorrente, desde que legalmente concedido;
- f) À verificação de decomposição do respetivo preço, por meio de documentos comprovativos dos preços unitários incorporados no mesmo, nomeadamente, folhas de pagamento e declarações de fornecedores, que atestem a conformidade dos preços apresentados e demonstrem a sua racionalidade económica;
- g) Ao cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em matéria ambiental, social e laboral, referidas no n.º 2 do artigo 1.º-A do CCP.

12. Modo de apresentação da proposta

12.1 Os documentos que constituem a proposta são apresentados diretamente na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 6.2.

12.2 Para efeitos do disposto no ponto anterior é necessário aceder ao procedimento na plataforma eletrónica de contratação referida, anexando todos os documentos exigidos pela entidade adjudicante.

12.3 Os concorrentes devem assinar eletronicamente, **através de assinatura eletrónica qualificada**, a proposta e todos os documentos que lhe associarem.

12.4 Em caso de ficheiros comprimidos ou *zipados* deve ser **aposta assinatura eletrónica qualificada** em cada um dos documentos constantes do ficheiro zip.

12.5 Nos casos em que o certificado digital não possa relacionar diretamente o assinante com a sua função e poder de assinatura, deve o concorrente submeter na plataforma um documento eletrónico oficial indicando o poder de representação e assinatura do assinante.

13. Prazo para apresentação das propostas

13.1 A proposta deve ser apresentada até às **23:59 horas UTC** do **30.º dia** contado da data de envio do anúncio para publicação no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE), nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 39.º do RJCPRAA e no n.º 1 do artigo 136.º do CCP.

13.2 A pedido fundamentado de qualquer interessado que tenha adquirido as peças do concurso, o prazo referido no ponto anterior pode ser prorrogado pelo período considerado adequado, o qual aproveita a todos os interessados.

13.3 As decisões de prorrogação nos termos do disposto no ponto anterior cabem ao órgão competente para a decisão de contratar, e serão juntas às peças do procedimento e notificadas a todos os interessados que as tenham adquirido, publicando-se, de imediato, aviso daquelas decisões através de anúncio no Jornal Oficial da Região Autónoma dos Açores, no Diário da República e no JOUE.

13.4 Até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, os interessados que já as tenham apresentado podem retirá-las através de comunicação ao júri, sem prejuízo do direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

14. Prazo de manutenção das propostas

O prazo de manutenção das propostas é de 180 (cento e oitenta) dias.

Procedimento n.º 13/2023

15. Lista dos concorrentes e consulta das propostas apresentadas

15.1 No dia útil seguinte ao termo do prazo para apresentação das propostas, será disponibilizada, através da plataforma de contratação pública referida no ponto 6.2, a lista dos concorrentes, bem como as propostas apresentadas pelos mesmos.

15.2 Os concorrentes podem consultar a lista referida no ponto anterior bem como as propostas, na sua área de trabalho.

15.3 O interessado que não tenha sido incluído na lista dos concorrentes pode reclamar desse facto, no prazo de 3 (três) dias contados da publicitação da lista de concorrentes, e deve, para o efeito, apresentar comprovativo da apresentação tempestiva da sua proposta.

CAPÍTULO III

ANÁLISE DAS PROPOSTAS E ADJUDICAÇÃO

16. Critério de adjudicação

16.1 O critério no qual se baseia a apreciação das propostas e consequente adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa para a entidade adjudicante, determinado através da modalidade multifator, de acordo com o modelo de avaliação constante do **Anexo II** ao presente programa do procedimento, que dele faz parte integrante, e através do qual são avaliados 3 (três) fatores:

- a) **Mais Valia Técnica (MVT)**, com ponderação de 50% (cinquenta por cento);
- b) **Preço (P)**, com uma ponderação de 40% (quarenta por cento);
- c) **Qualificação da Equipa do Projeto (QEP)**, com uma ponderação de 10% (dez por cento).

16.2 É adjudicada a proposta à qual sejam atribuídos mais pontos, ou seja, a que dispuser de maior "pontuação final", de acordo com a aplicação da fórmula definida.

16.3 Em caso de empate, é adjudicada a proposta que, em primeiro lugar, obtiver a melhor pontuação no fator (MVT) e, em segundo lugar, a que obtiver a melhor pontuação no fator com (P) e, em terceiro lugar, a que obtiver a melhor pontuação no fator (QEP).

16.4 Se o empate subsistir, será adjudicada a proposta selecionada na sequência de sorteio a realizar presencialmente com os concorrentes, e do qual será lavrada ata pelo júri.

Procedimento n.º 13/2023

17. Análise e exclusão das Propostas

17.1 As propostas são analisadas em todos os seus atributos que densificam o critério de adjudicação e termos ou condições.

17.2 São excluídas as propostas cuja análise revele alguma das situações previstas no n.º 2 do artigo 70.º ou no n.º 2 do artigo 146.º, ambos do CCP.

18. Audiência Prévia

18.1 A decisão de adjudicação é precedida de audiência prévia escrita dos concorrentes.

18.2 Os concorrentes têm 5 (cinco) dias, após o envio do relatório preliminar pelo júri, para se pronunciarem por escrito sobre o mesmo.

18.3 Durante a fase de audiência prévia, os concorrentes têm acesso às informações e comunicações escritas, de qualquer natureza, que tenham sido prestadas, bem como às versões finais integrais das propostas apresentadas.

19. Causas de não adjudicação

19.1 Não há lugar a adjudicação quando:

- a) Nenhum concorrente haja apresentado proposta;
- b) Todas as propostas tenham sido excluídas;
- c) Por circunstâncias imprevistas, seja necessário alterar aspetos fundamentais das peças do procedimento após o termo do prazo fixado para a apresentação das propostas;
- d) Circunstâncias supervenientes ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas, relativas aos pressupostos da decisão de contratar, o justifiquem.

19.2 A decisão de não adjudicação, bem como os respetivos fundamentos, é notificada a todos os concorrentes.

19.3 No caso da alínea c) do n.º 19.1, é obrigatório dar início a um novo procedimento no prazo máximo de 6 (seis) meses a contar da data da notificação da decisão de não adjudicação.

19.4 Quando a entidade adjudicante decida não adjudicar, com fundamento no disposto nas alíneas c) ou d) do n.º 19.1, deve indemnizar os concorrentes cujas propostas não

Programa do Procedimento

tenham sido excluídas, pelos encargos em que comprovadamente incorreram com a elaboração das respetivas propostas.

19.5 A decisão de não adjudicação determina a revogação da decisão de contratar.

19.6 A deliberação de não adjudicação é fundamentada e publicitada nos mesmos termos em que foi publicitada a abertura do procedimento.

19.7 Os concorrentes que tenham apresentado propostas são notificados dos fundamentos da deliberação de anulação do concurso e, ulteriormente, da abertura de novo concurso.

19.8 Quando as circunstâncias previstas nas alíneas c) e d) do n.º 19.1 deste ocorrerem entre o início do procedimento e o termo do prazo de apresentação das propostas, a decisão de contratar também pode ser revogada.

20. Causas de caducidade da adjudicação

20.1 Há lugar a caducidade da adjudicação se:

a) O adjudicatário não apresentar os documentos de habilitação nos prazos fixados para o efeito ou não apresentar os referidos documentos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução devidamente legalizada;

b) O adjudicatário não confirmar, quando aplicável, os compromissos assumidos por terceiras entidades relativos a atributos ou a termos ou condições da sua proposta;

c) O adjudicatário falsificar qualquer documento de habilitação ou prestar de forma culposa falsas declarações;

d) Por facto que lhe seja imputável, o adjudicatário não remeter o contrato assinado eletronicamente no prazo fixado pelo órgão competente para a decisão de contratar, bem como no caso de, sendo o adjudicatário um agrupamento, os seus membros não se tiverem associado nos termos previstos no ponto 5.4 deste programa do procedimento.

20.2 Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação nos termos do ponto anterior, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário relativamente ao qual o facto ocorreu, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

20.3 Quando as situações previstas no ponto anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante concede-lhe, em função das razões

Procedimento n.º 13/2023

Programa do Procedimento

invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

20.4 Sem prejuízo de outras causas de caducidade previstas, determina ainda a caducidade da adjudicação a ocorrência superveniente de circunstâncias que inviabilizem a celebração do contrato, designadamente por impossibilidade natural ou jurídica, extinção da entidade adjudicante ou do adjudicatário ou por insolvência deste.

20.5 Em caso de caducidade da adjudicação em virtude da verificação de alguma das causas previstas no ponto 20.1 ou em virtude da verificação do ponto anterior, por motivo respeitante ao adjudicatário, a entidade adjudicante adjudica a proposta ordenada em lugar subsequente.

20.6 Se, por facto que lhe seja imputável, a entidade adjudicante não outorgar o contrato no prazo previsto no ponto 23.7 deste programa, o adjudicatário pode desvincular-se da proposta, sem prejuízo do direito a ser indemnizado por todas as despesas e demais encargos em que comprovadamente incorreu com a elaboração da proposta.

20.7 No caso previsto no ponto anterior, o adjudicatário pode, em alternativa, exigir judicialmente a celebração do contrato.

CAPÍTULO IV CONTRATAÇÃO

21. Documentos de habilitação

21.1 O adjudicatário deve apresentar, na plataforma eletrónica de contratação referida no ponto 6.2, no prazo de **5 (cinco) dias úteis** a contar da notificação da decisão de adjudicação, os documentos de habilitação referidos no artigo 81.º do CCP, nomeadamente:

a) **Declaração** do concorrente de **inexistência de impedimentos**, a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA, elaborada em conformidade com o modelo constante do **Anexo III** ao presente programa do procedimento, do qual faz parte integrante, que deve ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar;

b) **Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações** previstas nas alíneas b), d), e) e h) **do artigo 55.º do CCP** - a primeira e a última relativamente ao concorrente bem como a todos os gerentes ou administradores em efetividade de funções, se aplicável, e a segunda e a terceira relativamente ao concorrente apenas -, através das declarações dos

Procedimento n.º 13/2023

Programa do Procedimento

organismos competentes, como o Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social e Repartição de Finanças do domicílio ou sede do concorrente, quanto à situação contributiva perante a Segurança Social e ao pagamento de impostos, bem como através do certificado de registo criminal, quanto à condenação por crimes relevantes neste âmbito;

c) **Plano de prevenção de corrupção e de infrações conexas**, salvo se for uma pessoa singular ou uma micro, pequena ou média empresa, devidamente certificada nos termos da lei;

d) **Certidão comercial atualizada, ou respetivo código de acesso** ou, no caso de agrupamento de concorrentes, as respetivas certidões ou códigos de acesso às mesmas, nas situações em que a(s) entregue(s) em sede de proposta já não se encontrar(em) válida(s);

e) **Documento comprovativo do IBAN** ou documento com **Número de Identificação Bancária (NIB)**.

21.2 Os documentos descritos na alínea b) devem ser apresentados também quanto a entidades subcontratadas ou a subcontratar para a prestação do serviço, se aplicável, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 317.º e na alínea a) do n.º 3 do artigo 318.º, ambos do CCP.

21.3 São prova bastante do cumprimento da alínea b) os documentos referidos no artigo 83.º-A do CCP.

21.4 Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa ou acompanhados de tradução legalizada, se os respetivos originais, pela sua própria natureza ou origem, estiverem redigidos em língua estrangeira.

21.5 Quando os documentos a que se refere o ponto 21.1 se encontrem disponíveis na Internet, o concorrente pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à entidade adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos deles constantes estejam redigidos em língua portuguesa.

21.6 O adjudicatário não tem de apresentar os documentos previstos na al. b) do ponto 21.1 se estiver registado no Portal Nacional de Fornecedores do Estado.

21.7 O órgão competente para a decisão de contratar ou o júri podem sempre exigir ao adjudicatário, em prazo fixado para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada, em caso de dúvida fundada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes.

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Programa do Procedimento

21.8 Sempre que o adjudicatário seja uma entidade sujeita, deve o mesmo estar inscrito no Registo Central do Beneficiário Efetivo (<https://rcbe.justica.gov.pt>), por forma a que a entidade adjudicante possa confirmar o cumprimento da obrigação declarativa em causa.

21.9 O prazo fixado para a apresentação dos documentos de habilitação pode ser prorrogado, por uma única vez, por solicitação do adjudicatário formulada ao órgão competente para a decisão de contratar, por um período não superior a 5 (cinco) dias.

21.10 Sempre que se verifique um facto que determine a caducidade da adjudicação por falta de apresentação dos documentos de habilitação, a entidade adjudicante notifica o adjudicatário, fixando-lhe um prazo, não superior a 5 (cinco) dias, para que se pronuncie, por escrito, ao abrigo do direito de audiência prévia.

21.11 Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável ao adjudicatário, a entidade adjudicante concede-lhe, em função das razões invocadas, um prazo adicional de 5 (cinco) dias para a apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

22. Caução

22.1 O adjudicatário deverá prestar uma caução destinada a garantir a celebração do contrato, bem como o exato e pontual cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais que assume com essa celebração, no valor de 2% (dois por cento) do preço contratual, sem prejuízo, quanto a esta matéria, do disposto pelo artigo 15.º da Lei n.º 30/2021, de 21 de maio, que aprova as medidas especiais de contratação pública no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência e altera o CCP.

22.2 O modelo referente à caução é o previsto no **Anexo IV** neste programa do procedimento.

23. Minuta e celebração do contrato

23.1 A minuta do contrato é aprovada pela entidade adjudicante em obediência ao disposto no artigo 98.º do CCP, juntamente com a decisão de adjudicação.

23.2 Da minuta do contrato devem constar, expressamente, os termos ou condições da proposta adjudicada excluídos pela entidade adjudicante do contrato, e que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam

Procedimento n.º 13/2023

Programa do Procedimento

considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados, nos termos do disposto pelo n.º 4 do artigo 98.º do CCP.

23.3 A entidade adjudicante pode propor ajustamentos ao conteúdo do contrato a celebrar, desde que estes resultem de exigências de interesse público e, tratando-se de procedimento em que se tenha analisado e avaliado mais de uma proposta, seja objetivamente demonstrável que a respetiva ordenação não seria alterada se os ajustamentos propostos tivessem sido refletidos em qualquer das propostas.

23.4 A entidade adjudicante notifica o adjudicatário da minuta do contrato, assinalando expressamente os ajustamentos propostos.

23.5 A minuta do contrato a celebrar e os ajustamentos consideram-se aceites pelo adjudicatário quando haja aceitação expressa ou não haja reclamação nos 5 (cinco) dias subsequentes à respetiva notificação, nos termos do disposto pelo artigo 101.º do CCP.

23.6 Os ajustamentos ao contrato que sejam aceites pelo adjudicatário são notificados a todos os concorrentes cujas propostas não tenham sido excluídas.

23.7 A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação, mas nunca antes de:

- a) Decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, quando aplicável;
- b) Apresentados todos os documentos de habilitação exigidos;
- c) Comprovada a prestação de caução, quando esta for devida;
- d) Confirmados os compromissos referidos na alínea b) do n.º 20.1 deste programa do procedimento.

23.8 A entidade adjudicante comunica ao adjudicatário, com antecedência mínima de 3 (três) dias, o prazo para a outorga e remessa do contrato, por via eletrónica.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

24. Encargos do concorrente

São encargos do concorrente todas as despesas inerentes à elaboração da proposta e celebração do contrato.

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

25. Comunicações

25.1 As comunicações relacionadas com o presente procedimento de contratação, no que diz respeito a pedidos e resposta a esclarecimentos, listas de erros e omissões e apresentação de propostas, são efetuadas através da plataforma eletrónica de contratação mencionada no ponto 6.2 deste programa.

25.2 As restantes comunicações são preferencialmente efetuadas através da plataforma eletrónica referida, sem prejuízo do disposto nos artigos 468.º e 469.º do CCP.

25.3 Salvo quando referido em contrário neste programa do procedimento, todas as comunicações, declarações e documentos relacionados com o presente procedimento são efetuados em português, sendo igualmente redigido em língua portuguesa o contrato a celebrar.

26. Contagem dos prazos

26.1 A contagem dos prazos de execução contratual é feita nos termos do artigo 470.º do CCP, e de acordo com o disposto no artigo 87.º do Código do Procedimento Administrativo, não lhes sendo aplicável, em caso algum, o disposto no artigo 88.º do mesmo Código.

26.2 Os prazos fixados para a apresentação das propostas são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados.

27. Regime legal aplicável

A tudo o que não estiver especialmente previsto no presente programa, aplica-se a legislação nacional e comunitária, nomeadamente o regime previsto no CCP, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e respetivas alterações e regulamentação, bem como as regras especiais previstas no RJCPRAA, aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 27/2015/A, de 29 de dezembro.

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere o artigo 36.º do RJCPRAA e a al. a) do ponto 9.1 do programa do procedimento)

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a) _____

b) _____

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (4) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional (5)] (6);

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (7) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (8)] (9);

Programa do Procedimento

- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (10);
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (11);
- f) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (12);
- g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (13);
- h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (14);
- i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes (15) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram condenados por alguns dos seguintes crimes (16)] (17):
 - i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
 - v) Infrações terroristas ou infrações relacionadas com atividades terroristas, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 52/2003, de 22 de agosto, considerando as suas posteriores e sucessivas alterações;

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Programa do Procedimento

vi) Trabalho infantil e outras formas de tráfico de seres humanos, nos termos previstos na lei penal, designadamente, na Lei n.º 60/2013, de 23 de agosto.

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

k) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional ou regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

l) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

m) Que não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos e do n.º 2 do artigo 40.º do presente diploma, a apresentar a declaração que constitui o Anexo III referido nesta última norma, bem como os

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (18)].

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (6) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (7) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (8) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (9) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (10) Declarar consoante a situação.
- (11) Declarar consoante a situação.
- (12) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (13) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (14) Declarar consoante a situação.
- (15) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (16) Indicar se, entretanto, ocorreu a sua reabilitação.
- (17) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (18) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

MODELO DE AVALIAÇÃO

(a que se refere o ponto 16.1 do programa do procedimento)

O critério no qual se baseará a apreciação das propostas e consequente adjudicação é o da proposta economicamente mais vantajosa, através da modalidade multifator, nos termos do modelo de avaliação que pondera os seguintes **fatores**:

Fatores		Ponderação (%)
MVT – Mais Valia Técnica		50
P - Preço		40
QEP - Equipa do Projeto	QEP1 – Dimensão	5
	QEP2 – Experiência	5

Será respeitada a seguinte fórmula para a pontuação final (PF):

$$PF = 0,50 \times MVT + 0,40 \times P + 0,10 \times EEP$$

Cada fator será avaliado da seguinte forma:

MVT – Mais Valia Técnica

A avaliação da Mais Valia Técnica (MVT) será feita para todas as respostas aos requisitos (obrigatórios e facultativos) tendo em conta o seguinte:

$$MVT = \frac{SC}{NTR \times 10} \times 100$$

SC – Soma das classificações obtidas em todos os requisitos de acordo com pontuação da tabela seguinte;

NTR - Número total de requisitos (obrigatórios e facultativos)

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

MVT - Mais Valia Técnica		Pontuação
EXCELENTE	No geral, a resposta demonstra que o concorrente responde a todas as áreas do requisito e fornece todas as evidências solicitadas, no nível de detalhe solicitado. Trata-se de uma resposta que detalha todos os aspetos do requisito, não deixando qualquer ambiguidade quanto à capacidade do concorrente cumprir o mesmo.	10
PLENAMENTE ADEQUADO	No geral, a resposta demonstra que o concorrente responde a todas as áreas do requisito e fornece todas as evidências solicitadas, no entanto em termos do nível de detalhe solicitado são feitas algumas omissões não relevantes. Trata-se de uma resposta que detalha todos os aspetos do requisito, com apenas uma ambiguidade quanto à capacidade do concorrente cumprir o nível de detalhe solicitado.	8
ADEQUADO	No geral, a resposta demonstra que o concorrente responde a todas as áreas do requisito, mas nem todas as evidências solicitadas foram fornecidas. Trata-se de uma resposta com ambiguidade não significativa quanto à capacidade do concorrente cumprir o requisito devido ao facto do concorrente não ter apresentado todas as evidências solicitadas.	5
POUCO ADEQUADO	A resposta não demonstra que o concorrente cumpre o requisito em uma ou mais áreas. Trata-se de uma resposta com ambiguidade significativa quanto à capacidade do concorrente para cumprir o requisito devido ao facto do concorrente não ter demonstrado que cumpre uma ou mais áreas do requisito.	2
NÃO CUMPRE	A resposta não cumpre com o requisito solicitado ou não foi fornecida qualquer resposta.	0

P - PREÇO

Será avaliado de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = \frac{P_{base} - P_{proposta}}{P_{base}} \times 100$$

QEP – Qualificação da Equipa do Projeto

(Por projeto regional entende-se a integração de pelo menos 5 diferentes de prestadores de Cuidados de Saúde.)

Será atribuída a seguinte pontuação conforme os atributos apresentados:

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

QEP=QEP1+QEP2, sendo que QEP1=QEP1.1+QEP1.2+QEP1.3+QEP1.4+QEP1.5 e QEP2=QEP2.1+QEP2.2+QEP2.3+QEP2.4+QEP2.5

QEP1 – Dimensão da equipa a afetar ao Projeto		Pontuação
QEP1.1	Apresenta 2 (dois) ou mais gestores de projeto que cumprem com todos os requisitos exigidos nas cláusulas especiais do Caderno de Encargos	10
QEP1.2	Apresenta 2 (dois) ou mais arquitetos de sistemas que cumprem com todos os requisitos exigidos nas cláusulas especiais do Caderno de Encargos	10
QEP1.3	Apresenta 5 (cinco) ou mais consultores tecnológicos que cumprem com todos os requisitos exigidos nas cláusulas especiais do Caderno de Encargos	10
QEP1.4	Apresenta 3 (três) ou mais consultores funcionais que cumprem com todos os requisitos exigidos nas cláusulas especiais do Caderno de Encargos	10
QEP1.5	Apresenta 3 (três) ou mais formadores especializados que cumprem com todos os requisitos exigidos nas cláusulas especiais do Caderno de Encargos	10

QEP2 – Experiência da Equipa a afetar ao Projeto		Pontuação
QEP2.1	Apresenta pelo menos 1 (um) gestor de projeto com experiência em 2 (dois) ou mais projetos Regionais/Nacionais na área de interoperabilidade em Saúde, nomeadamente: em Gestão de projeto e soluções de terceiros na área de <i>Healthcare IT</i> que incluam soluções de Registo Saúde Eletrónico em Saúde e em Repositório Regional e Nacional de informação clínica multidepartamental.	10
QEP2.2	Apresenta pelo menos 1 (um) Arquiteto de Soluções, responsável pelo desenho da solução, levantamento de requisitos funcionais e não funcionais, caracterização de arquiteturas existentes, desenho técnico, caracterização de fluxos de informação e processos em pelo menos 2 (dois) projetos regionais/nacionais.	10
QEP2.3	Apresenta pelo menos 1 (um) consultor tecnológico, com colaboração na implementação de pelo menos 2 (dois) projetos regionais/nacionais na área de interoperabilidade em saúde (implementações de soluções idênticas à solução a implementar como <i>Vendor Neutral Archive</i> , plataformas de saúde - EHR, portal do paciente, portal do clínico)	10
QEP2.4	Apresenta pelo menos 1 (um) consultor funcional, com colaboração na análise e levantamento de requisitos funcionais, caracterização de fluxos	10

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

Programa do Procedimento

	de informação e processos de pelo menos 4 (quatro) projetos regionais/nacionais na área de interoperabilidade em saúde (implementações de soluções idênticas à solução a implementar como <i>Vendor Neutral Archive</i> , plataformas de saúde - EHR, portal do paciente, portal do clínico);	
QEP2.5	Apresenta pelo menos 1 (um) formador especializado com o Certificado de Competências Pedagógicas (CCP) e experiência mínima de 10 anos em formação de aplicações clínicas de <i>Healthcare IT</i> em ambiente hospitalar.	10

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

MODELO DE DECLARAÇÃO

(a que se refere o n.º 2 do artigo 40.º do RJCPRAA e a al. a) do ponto 21.1 do programa do procedimento)

1 - _____ (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1) _____ (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2):

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (3) [ou os titulares dos seus órgãos sociais de administração, direção ou gerência não foram objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional (4)] (5);

c) Tenham sido objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na redação atual, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio e no n.º 1 do artigo 460.º do Código dos Contratos Públicos, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória (6);

d) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 562.º do Código do Trabalho (7);

e) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão-de-obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal) (8);

f) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência;

Procedimento n.º 13/2023

Programa do Procedimento

g) Não se encontra em incumprimento de obrigações em matéria ambiental, estabelecidas em normativos de direito internacional comunitário, nacional, regional, que tenha dado lugar a sentença administrativa ou sentença judicial transitada em julgado em processos relacionados com infrações ou crimes contra o ambiente, se entretanto não tiver ocorrido a respetiva reabilitação, nomeadamente por terem incorrido numa das tipologias de crimes de perigo comum fixadas no Código Penal quanto a danos contra a natureza, violação de regras urbanísticas, poluição ou poluição com perigo comum, atividades perigosas para o ambiente;

h) Não incorreu em deficiências significativas ou persistentes na execução de um aspeto essencial de um contrato público anterior celebrado com a entidade adjudicante em causa, que tenha conduzido à resolução contratual por incumprimento, à condenação por responsabilidade civil por danos causados ou a outras sanções contratual ou legalmente previstas;

i) Não diligenciou, por si ou por terceiro, no sentido de influenciar indevidamente a decisão de contratar, de obter informações confidenciais suscetíveis de lhes conferir vantagens no procedimento de contratação, ou de terem prestado, com dolo ou negligência, informações erróneas suscetíveis de influenciar decisões procedimentais.

2 - O declarante junta em anexo [ou indica ... como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (9)] os documentos comprovativos de que a sua representada (10) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e i) do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local), ... (data), ... [assinatura (11)].

Procedimento n.º 13/2023

Programa do Procedimento

- (1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.
- (2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (3) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (4) Indicar se, entretanto, ocorreu a respetiva reabilitação.
- (5) Declarar consoante o concorrente seja pessoa singular ou pessoa coletiva.
- (6) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (7) Indicar se, entretanto, decorreu o período de inabilidade fixado na decisão condenatória.
- (8) Declarar consoante a situação.
- (9) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.
- (10) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».
- (11) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos

Procedimento n.º 13/2023

Concurso Público para aquisição de serviços destinados ao Desenvolvimento e Implementação do Repositório de Informação de Saúde dos Açores e respetivos portais, incluindo mecanismos de interoperabilidade com os sistemas locais (MUSA – Modelo Único de Saúde nos Açores), no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, Dimensão Resiliência, componente 1, investimento RE-C01-i08-RAA – Hospital Digital da Região Autónoma dos Açores

MODELO DE CAUÇÃO

(a que se refere o ponto 22.2 do programa do procedimento)

Em nome e a pedido de _____ (identificar o adjudicatário), vem o(a) _____ (identificar a instituição), pelo presente documento, prestar, a favor de _____ (identificar a entidade adjudicante beneficiária), uma garantia bancária/seguro caução (eliminar o que não interessar), até ao montante de _____ € (por algarismo e por extenso), destinada(o) a caucionar o integral cumprimento das obrigações assumidas pelo(s) garantido(s) no âmbito de _____ (designação ou referência ao procedimento em causa), nos termos e para os efeitos previstos nos artigos 89.º e 90.º do Código dos Contratos Públicos.

A presente garantia corresponde a 2% do valor total da adjudicação acima mencionado e funciona como se estivesse constituída em moeda corrente, responsabilizando-se o garante, sem quaisquer reservas, por fazer a entrega de toda e qualquer importância, até ao limite da garantia, logo que interpelado por simples notificação escrita por parte da entidade beneficiária.

Fica bem assente que o banco/companhia de seguros (eliminar o que não interessar) garante, no caso de vir a ser chamado(a) a honrar a presente garantia, não poderá tomar em consideração quaisquer objeções do(s) garantido(s), sendo-lhe igualmente vedado opor à entidade beneficiária quaisquer reservas ou meios de defesa de que o garantido se possa valer face ao garante.

A presente garantia permanece válida até que seja expressamente autorizada a sua libertação pela entidade beneficiária, não podendo ser anulada ou alterada sem esse mesmo consentimento e independentemente da liquidação de quaisquer prémios que sejam devidos.

... (local), ... (data), ... (assinatura)